

ESTADO NEOLIBERAL E EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Maria Edilene S. Ribeiro
mariaedileneribeiro@yahoo.com.br

André Rodrigues Guimarães
andre_unifap@yahoo.com.br

Evanilde Costa da Silva
evanilde_silva@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este resumo apresenta parte de estudo teórico que vimos realizando em pesquisa¹, que tem como foco central o empreendedorismo na educação superior e analisa os Planos de Desenvolvimento Institucional de 05 (cinco) universidades, situadas na região amazônica².

No presente texto temos a seguinte indagação: O ideário de empreendedorismo na educação superior alinha-se ao Estado neoliberal? E como objetivo geral: Problematizar a relação entre o Estado capitalista e o empreendedorismo na educação superior.

Trata-se de um estudo teórico que suscitou, inicialmente, o levantamento bibliográfico, a partir do qual selecionamos autores e obras que discorrem sobre o sistema capitalista, Estado neoliberal, empreendedorismo e educação superior. Dentre os estudiosos destacamos: Marx e Engels (1948); Oliveira (2005); Audy, Morosini (2006); Ruiz, Martens (2019); Dardot e Laval (2016); Chauí (2003); Antunes (2019) e Leher (2019).

¹ O citado projeto de pesquisa em desenvolvimento tem o título “A educação superior na Amazônia: gestão e formação em tempos de empreendedorismo”. Está vinculado ao projeto mais abrangente intitulado “Pesquisa em Educação na Amazônia: história, política, formação de professores e diversidade cultural”, vinculado ao Edital Programa de Cooperação Acadêmica na Amazônia– PROCAD/Amazônia, Edital 021/2018 e financiado pela Capes.

² Dentre as instituições, 03 (três) são públicas, quais sejam: Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal do Amapá (Unifap) e Universidade Estadual de Roraima (UERR), e 02 (duas) instituições são caracterizadas como privadas-mercantil: Universidade Estácio de Sá e Universidade Pitágoras.

RELACIONANDO: ESTADO NEOLIBERAL E EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Antunes (2019) afirma que o empreendedorismo é, na verdade, um “mito”, pois o crescimento do setor de serviços e a transformação do trabalhador em pessoa jurídica levaram à precarização e à intensificação laboral da classe trabalhadora. Essa visão fantasiosa, vem atraindo as instituições de educação superior para se reorganizarem no sentido de oferecer formação por meio do ensino, da extensão e da pesquisa, com vistas a preparar profissionalmente os estudantes à essa nova demanda do mercado de trabalho. Trata-se de um fenômeno que encontrou terreno fértil no desemprego estrutural global. “Soa” como um anúncio de prosperidade econômica para o trabalhador, mas que, contraditoriamente, atribui-lhe as responsabilidades pela sua sobrevivência no mercado, sem a proteção do Estado no que tange aos seus direitos trabalhistas.

O empreendedorismo alinha-se a ideologia neoliberal, tendo em vista a desregulamentação do trabalho e a perda de direitos sociais com o qual esse sistema econômico opera. É sobretudo, um contributo para o enfraquecimento ou fim do serviço público mediante a consolidação do setor privado e aos cortes orçamentários destinados às instituições públicas.

Ao se concretizar nas instituições de educação superior, trará grandes retrocessos e prejuízos para a função social da universidade pública, sobretudo, enquanto *instituição social* produtora do conhecimento que possibilita a transformação social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas (CHAUÍ, 2003; LEHER, 2019) e também para a formação dos profissionais sobretudo, porque desconsidera como relevantes os aspectos políticos e humanos, já que a ênfase da formação estará centrada na operacionalidade, na competência técnica, na eficácia, eficiência e, portanto, no produtivismo com qualidade total.

O objeto de investigação “empreendedorismo” relacionado à educação superior está situado num contexto de crises do sistema capitalista, reformas do Estado neoliberal e mercadorização da educação superior. O sistema capitalista tem o Estado neoliberal como seu principal aliado para a superação de suas crises e, para tanto, vem implementando reformas que aproximam as instituições públicas da lógica de mercado.

Marx e Engels (1948, p. 86) enfatizam que “[...] as ideias dominantes de cada época sempre foram as ideias de sua classe dominante”. O Estado capitalista representa a burguesia e seus interesses e, no contraponto planeja e implementa ações para que a classe trabalhadora continue a existir como classe explorada, servindo à reprodução do capital. Nessa perspectiva ocorre a “[...] minimização do Estado no tocante às políticas públicas, à liberação das forças de mercado e à liberdade da iniciativa econômica como bases centrais” (OLIVEIRA *et al*, 2005, p. 235).

O Estado neoliberal, no Brasil, nas últimas décadas, é gerido por governos alinhados aos organismos internacionais que, conjuntamente, introduzem ou aprofundam, no campo educacional, a lógica excludente que perpassa pela gestão gerencialista, planejamento estratégico sem participação coletiva, relação público-privado e formação acrítica e operacional.

Em meio a conflitos e contradições vem ocorrendo a disseminação na educação superior de ideologias impregnadas da lógica do individualismo, competitividade, produtivismo e racionalidade técnica. Estas características também estão relacionadas à concepção de empreendedorismo na educação superior, incidindo sobre a estrutura organizacional da instituição, seus princípios, sua função social e, sobretudo, suas finalidades na formação dos sujeitos. As universidades tendem a se caracterizar como “[...] *universidades empreendedoras*, com concepção de ensino voltada para a formação empreendedora” (AUDY; MOROSINI, 2006; RUIZ; MARTENS, 2019).

As instituições superiores de educação estão localizadas nas estruturas sociais, portanto, para, o Estado neoliberal, se constituem como um espaço privilegiado para a formação empreendedora com vistas a contribuir para o crescimento da economia, mote central do sistema capitalista.

CONCLUSÃO

No contexto demarcado pelo sistema capitalista e seu principal aliado, o Estado neoliberal, as Instituições de Educação Superior tendem a ajustar-se ao modelo de gestão gerencial, através dos planos institucionais

(estratégicos e operacionais) e/ou de cursos (Projeto Pedagógico), e ao ideário mercadológico com foco no empreendedorismo, o que compromete a autonomia, a democracia, a participação, a humanização, a criticidade das instituições e dos seus sujeitos. Além do que fortalece a desresponsabilização do Estado no provimento de políticas públicas para o bem viver da sociedade, na medida em que atribui a responsabilização ao próprio indivíduo pela sua sobrevivência no mercado.

Para o Estado, as Instituições Superiores de Educação são tidas como essenciais para a disseminação dessa ideologia, vistas como espaço social da implementação do projeto neoliberal para a sociedade. Neste interím, grupos conservadores da política brasileira conclamam por uma universidade pública cuja estrutura organizacional deve vigorar a lógica de organização e formação empreendedora, dialogando com o ideário de gerencialismo, modernização, relação público-privado, privatização da educação, dentre outros.

REFERÊNCIAS

AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa (Orgs.) **Inovação e empreendedorismo na universidade**. Edição 1. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. 461p.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida**. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo. 2019. 547p.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.

KARL, Marx; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista e Princípio do comunismo**. 1948. Trad. Diego Siqueira, São Paulo: Ed. Sundermann, 2007. 120p.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. 1ª Edição. São Paulo : Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019. 232 p.

RUIZ, Sofia Maria de Araújo; MARTENS Cristina Dai Prá. Universidade Empreendedora: proposição de modelo teórico. **Desenvolvimento em Questão**. v. 17 n. 48, p. 121-138, jul./set.2019.